



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e serviço social.  
Sub-eixo: Ênfase na questão urbana.

## MILITARIZAÇÃO E CRIMINALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS: DILEMAS URBANOS DO RIO DE JANEIRO

THAIS GOMES DA SILVA<sup>1</sup>  
JÉSSICA DAS GRAÇAS MACHADO CÂNDIDO<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo apresenta uma breve reflexão sobre a cidade e relações sócio espaciais na configuração do capitalismo, com o objetivo de assim compreender a natureza dos dilemas e conflitos que hoje se apresentam no espaço urbano, e nesse sentido, estabelecer uma leitura crítica do projeto de militarização da questão urbana em curso no Rio de Janeiro. Sendo assim, resgatamos alguns elementos históricos da formação do espaço urbano carioca, entre o período de redemocratização do país aos dias atuais desveladores da face da militarização, destacadamente orientada para gerência dos territórios de favela e criminalização de seus moradores.

**Palavras-chave:** cidade; urbanização; militarização; Rio de Janeiro.

**Abstract:** This article presents a brief reflection on the city and socio - spatial relations in the configuration of capitalism, with the aim of understanding the nature of the dilemmas and conflicts that present themselves today in urban space. To this end, we seek to establish a critical reading of the project of militarization of the urban question in progress in Rio de Janeiro. To do so, we recover some historical elements of the formation of the urban space in Rio de Janeiro, between the period of redemocratization of the country to the present day, unveiling of the face of militarization, especially oriented to the management of favela territories and criminalization of its residents.

**Keywords:** city; urbanization; militarization; Rio de Janeiro.

### 1. INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro atual configura um complexo cenário formado por reedições sistemáticas de um passado não tão distante. Trata-se de uma formação urbana, que para satisfazer as vicissitudes do capital, reajusta historicamente desigualdade e segregação, mesclando passado e presente, na geografia da cidade. Partindo dessa premissa, nosso artigo tem por objetivo problematizar o processo de militarização da cidade e sua indissociável relação

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <thaisgmsilva@gmail.com>

<sup>2</sup> Profissional de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense.

com a criminalização de determinados territórios na sua totalidade, voltado para adequação da cidade à forma social do capital.

Se o passado evoca diversos episódios em que os dilemas urbanos, e o próprio trato da questão social e suas expressões, eram “casos de polícia”, entendemos que essa realidade está presente na contemporaneidade, mas, sendo executada pela ação direta das forças militares. Nesse sentido, nossa análise considera a pertinência de pensar as medidas de segurança pública na sua interface com a políticas de intervenção urbana, ou seja, como medidas de gerência de determinados territórios enquanto projeto de cidade.

Nesse sentido, realizamos no primeiro ponto do trabalho uma breve reflexão sobre cidade e relações sócio espaciais na configuração do capitalismo, para assim apreender a natureza dos dilemas e conflitos que hoje se apresentam no espaço urbano. No segundo momento, buscamos estabelecer uma leitura crítica com o projeto de militarização da questão urbana. Para tal objetivo, resgatamos alguns elementos históricos da formação do espaço urbano carioca, entre o período de redemocratização do país aos dias atuais, desvelando, de tal modo, as faces da militarização, destacadamente orientada para gerência dos territórios de favela e criminalização de seus moradores.

## **2. REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO URBANA E OS DILEMAS DA CIDADE-MERCADORIA**

Se o capitalismo muda radicalmente o sentido das cidades (Maricato, 2015), esse processo ocorre pois a apropriação do espaço corresponderá diretamente as necessidade de acumulação e crescente expansão. Tão logo, ao se apropriar de um espaço determinado é preciso fragmentá-lo, organizando usos geográficos diferenciados que atendam não somente à produção, mas sobretudo à reprodução do capital. Dessa maneira o capitalismo lança uma estratégia à garantia da sua sobrevivência, maturação e universalidade: a constante transformação do espaço. Em síntese, o domínio do espaço significa para o capital o controle sobre as relações sociais, pois “por intermédio de mudanças e reestruturações geográficas, existem todos os tipos de

possibilidades para protelar crises, sustentar a acumulação e modificar a luta de classes”.(HARVEY, 2005, p. 142)

Essa característica estratégica do capital desvela tanto a complexidade do seu processo produtivo, quanto reforça a imprescindibilidade de nos apoderarmos criticamente da dinâmica dessas relações, que, por vezes, geram distorções nas leituras sobre cidade e urbano. Todavia, Harvey (2005) salienta que essas distorções podem ocorrer pois:

A condição capitalista é tão universal, que a concepção do urbano e da “cidade” também se torna instável, não por causa de algumas definição conceitual deficiente, mas exatamente porque o próprio conceito tem que refletir as relações mutáveis entre forma e processo, entre atividade e coisa, entre sujeitos e objetos. (HARVEY, 2005, p. 170)

O capital confere a condição de instabilidade à cidade-capitalista com um propósito bem definido, de torna-la a expressão mais bem acabada de um conjunto de práticas espaciais que tem no seu conteúdo um caráter de classe específico – demonstrando o empenho sistêmico do capital em configurar uma estrutura urbana em que as classes sociais estejam segregadas espacialmente<sup>3</sup>, em função das atribuições que lhes são impostas pela ordem competitiva – e, ao mesmo tempo, signo do valor desta sociabilidade. Ou seja, a cidade pode ser transformada em mercadoria, e, conseqüentemente, sendo mercadorizada torna-se objeto efêmero e mutável, e também depositório para os interesses da acumulação.

Diante disso, em consonância com a natureza da sociedade de classes que tem na sua matriz, como marca estrutural e estruturante, a desigualdade, o desigual desenvolvimento imprime fundamento e sentido, como um todo, no processo de urbanização brasileiro.

Farage (2014, p. 247) afirma que “a cidade passa a expressar de forma enfática as desigualdades das relações sociais, cuja consequência na vida dos sujeitos é a degradação de sua humanidade”. Isto é viável para o ordenamento capitalista por ser, em sua totalidade, uma força destrutiva, cuja existência demanda uma extensiva reprodução e dinamismo das contradições que lhe são próprias. Segundo Harvey (2013, p. 602), o capitalismo é uma força social

---

<sup>3</sup> Não necessariamente na sua forma geográfica, mas sobretudo no sentido de viver os territórios e do acesso aos bens e serviços.

que se movimenta constantemente, e por isso está disposto a “derrubar todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção e a exploração e a troca das forças naturais e espirituais”. A necessidade de estabelecer mecanismos capazes de eliminar todas as barreiras para seu pleno desenvolvimento é constante e indiscriminada de valores que não sejam os de preservação da sua própria natureza, que para valoriza-se requer vitalmente à desvalorização e negação da dignidade humana.

Mas para tanto, vale destacar que, além dos seguidos ajustes espaciais e das sistêmicas formas de diferenciação geográfica no espaço urbano, essencialmente, o capital recorre à instituição de um aparato ideológico bem consolidado para garantir sua vitalidade, produtiva e reprodutiva. Recurso ideológico esse que cumpre papel fundamental na mistificação das relações sociais, já que, invertendo a realidade, os processos sociais são tidos como fenômenos naturais ou descaracterizados do protagonismo histórico dos sujeitos coletivos e do real sentido das transformações sociais. Seguindo o pensamento marxiano, o aparato ideológico serve como a “consciência deformada da realidade”. Representa, nada mais nada menos, as ideias da classe dominante, que através do domínio material imprime o domínio político e social e espiritual na sociedade (MARX e ENGELS, 2009), operando na descaracterização dos processos que impulsionam os ajustes espaciais e conseqüentemente a organização geográfica do capitalismo:

As diferenciações geográficas então com frequência parecem ser o que elas realmente não são: meros residuais históricos em vez de aspectos ativamente reconstituídos dentro do modo de produção capitalista. Portanto, é importante reconhecer que a coerência territorial e regional, pelo menos parcialmente discernível dentro do capitalismo, é ativamente produzida em vez de passivamente recebida como uma concessão à “natureza” ou à “história”. A coerência, como ela é, surge da conversão das restrições temporais para espaciais à acumulação. (HARVEY, 2013, p. 603)

Se ao desigual desenvolvimento e expansão urbana atribui-se a aparência de processo “natural”, essa característica não está isenta de intencionalidade, ao contrário, serve justamente para deformar a essência de um projeto de cidade destinado à segregação social, tendo no espaço geográfico o lugar dos sistêmicos ajustes das contradições capitalistas. Além

do mais, a consciência deformada (que só serve aos interesses do capital e das elites) ao descaracterizar o sentido das criações urbanas acarretará na “objetivação de qualidades instáveis”, dificultando a percepção sobre o real movimento da produção do espaço urbano e dos conflitos que o atravessam.

Todo esse processo engendra no espaço urbano uma série de questões, em geral entendidos como dilemas urbanos, nos termos de Souza (2005). Dilemas que são agravados gradativamente, e engrossam o caldo da chamada “questão social”, e que nesse sentido merecem destaque nesse trabalho, já que Iamamoto (2007 apud Farage, 2014, p. 247) aponta que “é no cenário do desenvolvimento urbano que a questão social vem paulatinamente se acirrando no capitalismo”.

Sumariamente, os dilemas urbanos apresentam um quadro genérico de questões, em especial, referentes ao acesso à moradia e habitação adequada, saneamento, trabalho, transportes, equipamentos e políticas públicas etc, que mais expressivos serão de acordo com a proporcionalidade do crescimento das cidades. Souza (2005), ao se indagar sobre “quais são os dilemas urbanos” às grandes cidades na periferia capitalista, já assegura que essa “conta” não seria facilmente fechada. São inúmeras as expressões que perpassam a realidade urbana. Mas, ainda que haja um quadro comum [de dilemas] entre as grandes cidades brasileiras, é importante compreender a diferenciação entre: questões gerais e produto específico do processo de urbanização. Ao tomar como exemplo os fenômenos da violência e pobreza que assolam a atualidade, é fato que não são produto específico da evolução urbana, pelo contrário, violência e pobreza são questões que assolam formações sociais e modos de produção que antecedem o capitalismo e cuja explicação não cabe nesse momento, mas ao longo do processo de urbanização estas questões assumem peculiaridades condicionadas ao modo de vida que a urbanidade determina. E por isso, é no universo urbano que estes fenômenos, enquanto expressões da desigualdade capitalista – e da questão social – se adensam drasticamente, determinando as distintas formas que os sujeitos experimentarão a vida na cidade.

Para Kowarick (1979), o cenário de urbanização aglutina dois processos intimamente relacionados: se de um lado há prosperidade e crescimento econômico, certamente, de outro haverá crescimento da pauperização da

classe trabalhadora e de suas frações, seguido por uma série de “problemas sociais”.

As condições de vida dependem de uma série de fatores, da qual a dinâmica das relações de trabalho é o ponto primordial. Não obstante tal fato, é possível fazer uma leitura destas condições através da análise da expansão urbana, com seus serviços, infraestrutura, espaços, relações sociais e níveis de consumo, aspectos diretamente ligados ao processo de acumulação do capital. (KOWARICK, 1979, p. 29)

Desse modo, não podemos perder de vista que os dilemas urbanos representam um conjunto de questões de ordem estrutural interligadas, e portanto, se sustentam e se abastecem mutuamente, à “caótica” funcionalidade da cidade capitalista. Como ilustrou Santos (1993):

As cidades são grandes porque há especulação e vice e versa; há especulação porque há vazios e vice e versa; porque há vazios as cidades são grandes. O modelo rodoviário urbano é fator de crescimento disperso e de um espraiamento da cidade. Havendo especulação, há criação mercantil de escassez e o problema do acesso à terra e à habitação se acentua. Mas o déficit de residências também se leva à especulação e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano. A organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias. E isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro ciclo vicioso. (SANTOS, 1993, p. 96)

Esta teia de relações, conectadas viciosamente, balizará as diferenciações geográficas de modo a alocar a pobreza da cidade e de seus habitantes em territórios determinados, ampliando assim a desigualdade e os agravos à qualidade de vida dos sujeitos que vivenciam o espaço urbano. (KOWARICK, 1979)

Dos impactos do neoliberalismo diante desse cenário, encontramos como mais um agravante à questão urbana, o profundo caráter conservador impregnando nas relações sociais por meio da “naturalização” das mazelas geridas pela desigualdade capitalista. A racionalidade neoliberal atinge níveis de degradação humana tão grotescos que é capaz de reverter a consequente desigualdade capitalista, a repressão e arbítrio do Estado contra as classes expropriadas, como fator inevitável ou mera (in) capacidade individual de sobreviver ou não à tragédia cotidiana. O que vemos na cena contemporânea é o esforço incomensurável do capital à mercantilização da vida em todas as

suas dimensões. Está aí a raiz da tragédia. E justamente por essa razão definiu Lechner (1999 apud Iamamoto 2001), vivemos nos dias atuais “a sociedade de mercado” racionalizada ao largo de:

Uma lógica pragmática e produtivista que erige a competitividade, a rentabilidade, a eficácia e eficiência em critérios para referenciar as análises sobre a vida em sociedade. Forja-se assim uma mentalidade utilitária, que reforça o individualismo onde cada um é chamado a “se virar” [...] Esse cenário, de nítido teor conservador, atinge as formas culturais, a subjetividade, a sociabilidade, as identidades coletivas, erodindo projetos e utopias. Estimula um clima de incertezas e desesperanças. A debilitação das redes de solidariedade e sua subordinação às leis mercantis estimula atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, em que cada um “é livre” para assumir os riscos, as opções e responsabilidades por seus atos em uma sociedade de desiguais. (IAMAMOTO, 2001, p. 21)

Mercadificada, a racionalidade posta na modernidade capitalista acarreta graves consequências no trato da questão social e de suas expressões. Ora intensificada no cotidiano da vida urbana, está refletida na criminalização da questão social e reedição do “mito das classes perigosas”, que não é página virada na história da cidade carioca. A atualidade revela a evocação do “passado, quando era concebida como ‘caso de polícia’, ao invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe operária e outros segmentos trabalhadores” (IAMAMOTO, 2001, p. 18). Assim, a resposta do Estado será mediada perante estratégias de acumulação, aliadas também ao provimento de segurança das elites, em contraposição – com o reforço do seu braço coercitivo – destina às classes populares políticas ostensivas e repressoras, e/ou ações focalizadas e de gestão da pobreza; reafirmando na cena urbana carioca, como traço peculiar, uma desigualdade historicamente construída e contributiva à conformação dos territórios segregados na cidade.

### **3. AS FACES DA MILITARIZAÇÃO: o ontem e o hoje de uma questão em debate**

Estabelecer a relação ontem-hoje torna-se primordial para uma análise do projeto de militarização dos territórios instaurado na cidade do Rio de Janeiro. Se buscássemos identificar o germe desse processo, poderíamos “retornar algumas casas”, precisamente em 1980, quando de acordo com

Menegat (2013) o Rio de Janeiro deixou de ser a “caixa de ressonância nacional”, para ser o “laboratório de gestão da barbárie”. O Rio, que fora palco de muitas mobilizações sociais e políticas e cenário de poder, passou na década de 1980 a sentir os impactos da perda do status de capital da república. Consequentemente, passou a sentir não só a perda do status, mas também das importantes massas de capital que aqui circulavam, considerando o deslocamento de muitas indústrias e serviços para outras regiões do país. Essa perda das massas de capital foi responsável por antecipar no Rio de Janeiro um quadro que o restante do país só experimentaria na década seguinte: “as favelas em expansão, desemprego em níveis insuportáveis, e exploração da violência”.(MENEGAT, 2013, p. 14)

Sobre a exploração da violência, o autor faz um importante destaque. A atuação violenta do Estado não guarda mais só o objetivo de “impedir as formas razoáveis de distribuição da riqueza”. Ela agora traz também o objetivo de não deixar que a modernidade se dissolva, ou seja, a atuação repressora do Estado num contexto neoliberal, dentro da cidade mercado, é o de também garantir que o excedente de capital nunca deixe de se realizar.

Concomitante ao projeto mercadológico de cidade, a década de 1980 guarda outro elemento. Mesmo após o final do regime militar em 1985, em meio o florescimento dos movimentos sociais durante a redemocratização do país, paira no cenário nacional um comovente apelo para intervenção das forças militares no combate “ao perigo” que assolava a cidade. As forças militares, circunscritas como a guardiã da ordem, passaram a ser episodicamente convocadas para combater a crescente violência urbana, especialmente relacionada ao tráfico nas favelas.

Botelho (2013), nos dá uma mostra de alguns fatos históricos ocorridos a partir do fim da década de 1980 que podem ser considerados protoformas das atuais experiências de ocupação militares nas favelas cariocas. Podem ser enumerados de maneira consecutiva: 1) O acionamento do exército para a contenção da greve dos trabalhadores da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional (1988); 2) O patrulhamento do exército nas áreas privilegiadas da cidade durante a ECO-92; e 3) A Operação Rio, que colocou o exército como única possibilidade de combate à criminalidade.



A partir de 1994, “a chamada guerra no rio está oficialmente deflagrada”. O Exército é o “último recurso” para “reestabelecer a ordem”; lia-se nos jornais depois das pressões para que o governo estadual aceitasse uma intervenção não declarada. Pouco a pouco as tropas ocuparam vários locais da cidade e deram início à “pacificação” de zonas conflagradas. O objetivo declarado, era asfixiar economicamente os pontos de venda de drogas por meio dos bloqueios de suas vias de acesso. Seguiu-se a invasão de “favelas estratégicas”, todas situadas em bairros considerados “nobres”, nos quais a sensação de segurança artificialmente produzida foi usada como mercadoria política. A Operação Rio foi apenas um experimento, mas todo repertório midiático atual já poderia ser encontrado na cobertura da época, quase como parte integrante da operação, pois se tratava de criar a atmosfera adequada e as justificativas mais imediatas para o cerco e a ocupação dos morros, no que foi chamado “o Dia D para a ação”, a chance de o carioca reassumir o Rio”. (BOTELHO, 2013, 118)

O repertório midiático despeja na cena pública o retrato de um Estado ineficiente no combate à criminalidade. Coimbra (2001), em sua pesquisa, destaca matérias como: “favelados da cidade de Deus voltam a enfrentar a polícia (OESP – 30/01/94)”; “Brizola impediu ação de federais no Morro (JB 10/03/94)”; “tráfico faz guerra em Copacabana” (OESP – 26/04/94); essas matérias colocavam na ordem do dia uma situação caótica, de uma cidade que não era mais controlada por seus governantes e suas polícias.

O mercado foi, então, a instância que apelou diretamente à intervenção militar. Após a ECO-92, a VI Plenária do Empresariado do Rio de Janeiro, reunindo diretores de diversas entidades empresariais como a Federação das Indústrias (FIRJAN) e Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), se juntaram para estabelecer medidas de combate a insegurança urbana, em prol dos possíveis impactos nas pactuações e investimentos na cidade. Reivindicaram à união, governo estadual e municipal, medidas para uma imediata intervenção; a matéria do momento, publicada no jornal O Globo<sup>4</sup>, era: “Os empresários querem exércitos nos Morros”; a atmosfera da guerra estava declarada a ponto do cotidiano do Rio de Janeiro ser comparado ao Vietnã e os “Morros” enquanto a fortaleza do crime; e para redenção do caos, estavam as forças militares postas à agir “nas áreas perigosas”. (COIMBRA, 2001)

Nesse sentido, poderíamos nos arriscar em dizer que a Operação Rio que guardava uma relação residual com as práticas da Ditadura Militar, considerando o fim recente desta última, e o grande número de denúncias de

<sup>4</sup> Pesquisa realizada por Coimbra (2001, p. 140), em publicação do O Globo, 20/01/1993, p. 11

torturas efetuadas por parte dos militares onde a operação ocorreu. Do mesmo modo, também poderíamos nos arriscar em dizer que ela deixou um certo lastro pioneiro no que se refere a prática de incursões de forças militares nas favelas da cidade, que ao invés de reduzirem a violência, a protagonizam.

Os moldes da Operação Rio denotam o caráter do aparato militar, autoritário e repressivo, que se estende à atual política militarizada de segurança pública e intervenção urbana. Cabe ressaltar que:

Para além de outros aspectos da militarização, um dos problemas da formação histórica das polícias militares é a herança de uma filosofia operacional fortemente ligada às forças Armadas. A formação dos polícias militares é semelhante à formação para a guerra, com uma doutrina que confunde defesa externa e defesa interna. É adotado modelo bélico de combate ao crime, sendo o criminoso percebido como inimigo a ser eliminado, os policiais vistos como combatentes e a favela como território a ser ocupado. O policiamento é, então, realizado com a adoção de estruturas e conceitos militares. (VALENTE, 2014, p. 212)

O caráter militarizado das incursões policiais, do conceito de segurança pública para a cidade, ganhou maior destaque na política aplicada pelo Governo Sérgio Cabral em 2008, que “transformou a metáfora da guerra em política pública por meio da implantação das UPPs” (SILVA, 2016, p. 290). A medida em que a instalação da Unidades de Polícia Pacificadora apresentava como objetivo principal invadir e ocupar territórios controlados pelo crime, sob o julgo da retomada do Estado, para instituição das polícias de proximidade, na essência essa tática de governo revela que aos territórios historicamente criminalizados pelo próprio Estado, a resposta aos dilemas urbanos viria pela permanente ocupação de um policiamento preparado para guerra – com a impudica aparência de promoção da paz; o caráter bélico das invasões, sucedidas por ocupação militar, é incontestável, pois todas as incursões de “retomada do território” reuniam: BOPE, Polícia Militar, Força Nacional do Exército e Marinha.

A articulação promovida para instalação das UPPs respondia a uma estratégia de consolidar as relações de poder na cidade do Rio de Janeiro. A política instaurada nos últimos dez anos figura uma espécie de continuísmo, mais refinado na sua dinâmica, de inserção repressiva nos territórios de favela com uma declarada proposta de militarização do cotidiano. É a face da velha política aclamada nos anos finais da ditadura, nas estratégias que conduziram

a Operação Rio etc, refletindo as parcerias entre Estado e as instâncias que dão o tom da política executada na cidade, em especial dos veículos midiáticos e do empresariado. Desse modo, é notável que o caminho traçado pela política da Segurança Pública corresponde a interesses diversos, que não podem caminhar só pela via da repressão. Esta é, inclusive, uma característica do Estado que reverbera nas distintas formas de governança e governabilidade, e que não estará dissociada da política de intervenção urbana militarizada.

Significa pensar que o Estado não pode ser entendido como uma força monolítica, pois ele requer distintas estratégias de absorção das classes sociais para fincar seu projeto de hegemonia<sup>5</sup>.

Para maior eficácia e legitimidade, ele tem que se apresentar como Estado Nacional Popular, como Estado de todos, acima das classes. Tende a compor as diferenças existentes no interior do campo dos dominantes e, mesmo, as desigualdades estruturais em relação aos dominados. Ele, de algum modo, tem que levar em conta o conjunto das reivindicações destes. Ainda que para negá-las ou enquadrá-las a sua ordem. (DIAS, 1999, p. 49)

O caminho da militarização das favelas no Rio de Janeiro passa tanto pela experiência ostensiva, quanto pelo rótulo impassível da UPPs de promoção da paz nos territórios deflagrados pela guerra ao tráfico e “garantia” aos sujeitos destes territórios o acesso à cidadania. Brito (2013) resgata uma propaganda televisiva propaganda em 2009, logo após as primeiras experiências de UPPs, em comemoração aos duzentos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro que ilustra bem essa estratégia de consenso à política de “pacificação”. A propaganda apresentava o seguinte conteúdo:

[...] um camburão da Polícia Militar, acelerado e estrepitoso, sobre a ruela de uma favela carioca e para; um sisudo policial sai e, com uma “quebra brechtiana” (!), abre a caçamba, de onde surgem médicos, professores, assistentes sociais etc. Neste momento começa a tocar uma idílica trilha sonora e um narrador diz: “Segurança a porta de entrada da cidadania”. Por um revestimento adequado, a “segurança”, isto é, o aparato repressivo do Estado, não dá apenas sustentação à “cidadania”, mas é antes responsável por seu “acionamento”.(BRITO, 2013, p. 81)

Quando o camburão se torna a porta de entrada para o acesso aos direitos básicos à dignidade humana, e a figura do policial é posta como possível agente da transformação social, estamos falando de uma situação que

---

<sup>5</sup> Inspirado em Gramsci, Dias (1999, p. 49) caracteriza o conceito de hegemonia como “projeto que permite expressar o programa, o horizonte ideológico, no qual as demais classes devem ser mover”.

inexiste em qualquer outro território brasileiro, que não sejam nas favelas cariocas, ou seja, é o Estado legitimando uma política de gerência das favelas severamente posicionada na criminalização destes territórios e dos sujeitos que ali vivem – dos que são mais afetados com a desigualdade produzida na cidade nas suas diversas dimensões.

A contradição da gestão militarizada dos territórios reside na proposta de intervenção social aplicada pelos agentes da segurança pública: mesclando a política de segurança e política de intervenção urbana. É uma interface que encobre as ações do Estado para o fortalecimento das parcerias com o mercado e abertura dos territórios militarizados para iniciativa privada. Por essa razão que o projeto das UPPs, fundado em 2008, no governo Sérgio Cabral, se fortaleceu, até certa medida, entre as esferas estadual e municipal, articulando governos do PMDB – Sérgio Cabral e Eduardo Paes – para municipalização do Projeto UPP Social, a partir de 2011.

Cabe resgatar o teor dessa parceria, cuja gestão do ex-prefeito Eduardo Paes não mediu esforços para ocultar o severo processo de criminalização da pobreza presente em distintas ações, principalmente nas políticas do choque de ordem contra os trabalhadores da área central, e das milhares de remoções executadas em prol da reordenamento urbano para os mega eventos. Egler (2013) destaca a postura do ex-prefeito sobre a favela: “para ele, a pobreza é produto da desordem e, por isso, a ordem urbana é celebrada pelo ocultamento dos pobres”, e acresce que o objetivo da reforma é adequar o espaço da cidade aos modelos hegemônicos de urbanismo, condicionando-o as formas mais severas de especulação.

Dessarte, pacificar e urbanizar favelas próximas da áreas mais valorizadas da cidade, compunha o projeto de especulação destes territórios e garantia da circulação do capital. O Estado operou numa espécie de cooptação dos territórios à abertura do mercado, ressignificando-os para o consumo com o rótulo de intervenção “social”. Esse dado da realidade nos diz sobre como a política de segurança em perspectiva militarizada cumpriu um papel fundamental à cidade-mercadoria, pois como afirmou Valente (2014), um dos objetivos de implementar a lógica de guerra à política de intervenção urbana, é

converter essa lógica em um instrumento de transformação do cidadão “imperfeito” em um “perfeito” consumidor.

O modelo de intervenção das UPPs estava fadado ao fracasso desde a sua gênese<sup>6</sup>. Valente (2014) destaca:

O relatório vazado pelo Wikileaks (...) escrito pelo principal Officer do Consulado Geral do EUA no Rio de Janeiro revela que as UPPs se inspiraram nas táticas de contrainsurgência aplicadas pelos estadunidenses nas guerras do Iraque e Afeganistão. O relatório comenta que a entrada da polícia na favela aconteceu eficientemente, já o fornecimento de serviços e programas de assistências não. Também ressalta o forte interesse econômico nas pacificações, que poderiam incorporar até R\$ 38 milhões provindos das favelas na economia formal da cidade (apenas a Light perde US\$ 200 milhões devido à irregularidade do fornecimento de luz nas favelas do Rio). (VALENTE, 2014, p. 221)

A eficácia da política de segurança na sua interface com a intervenção urbana só seria realizável se articulada integralmente com serviços e equipamentos que garantissem a real melhoria da condição de vida da pessoas e que tenha como horizonte romper com o modelo de desenvolvimento geográfico desigual e seus determinantes estruturais, que afetam diretamente os territórios de favela. Mas ao contrário, o que vemos na atualidade é um processo de criminalização, expulsão e genocídio das camadas mais empobrecidas da cidade. E este não é um movimento contemporâneo. É sistêmico e permanente na formação urbana carioca.

Essa política denota que o que está em jogo é prover as condições adequadas para benefício do grande capital, isto é, “estamos diante de uma política que em nome da ordem material se nega ao direito à vida social” (EGLER, 2013, p. 43) Os efeitos da “paz armada” é a consolidação de um grande massacre tão perverso que é praticado lentamente. É um “massacre a conta gotas”<sup>7</sup>, resgatando a fala de um líder comunitário, publicizada no livro de Alves e Evanson (2013):

Para nós, está bem claro que existe uma política de segurança pública de extermínio, mas não dá pra acusar que é de extermínio mesmo porque não matam logo muita gente. Matam cinco pessoas

<sup>6</sup> Inspirado no modelo Medellín, uma estratégia de intervenção militarizada estadunidense aplicada contra a guerrilha organizada na cidade colombiana de Medellín – que vivenciou intensos conflitos, por conta do tráfico e alto índice de violência urbana, e cuja resposta dos estadunidenses foi a ocupação e controle de mais de 40% do território.

<sup>7</sup> Essa expressão foi utilizado por Eugenio Raúl Zaffaroni, referenciada na pesquisa feita por Valente (2014). A obra de Zaffaroni utilizada na pesquisa foi “La palabra de los muertos: conferencias de criminologia cautelar”. Buenos Aires: Ediar, 2011.

num lugar, quinze no outro, vinte no outro e tal. É difícil dizer “esses caras são exterminadores, genocidas”. E tem essa questão de justificar de diferentes formas: dizendo que são ações isoladas, e não uma política. No caso do Complexo do Alemão, dizem que lá é lugar de gente má e terrorista. Dizem também “que barriga de mulher de favela é fábrica de bandido”.<sup>8</sup> (ALVEZ; EVANSON, 2013, p. 169 apud VALENTE, 2014, p. 221-222)

O que vemos na atualidade é um modelo de urbanização que para atender necessidades do mercado, impõe uma repressiva mercantilização da sociedade. Portanto, os efeitos do cruzamento entre a política urbana e a política de segurança pública é a fatídica consolidação da militarização da vida social, à legitimar na cidade “políticas que fortaleçam o ambiente econômico homogêneo e eliminam direitos, espaços de convivência e alternativas de sobrevivência são a regra, e as formas escalonadas de acesso aos bens de consumo criam hierarquias e separações”. (BARREIRA, 2013, p. 159)

As estratégias apresentadas pelo Estado para “solucionar” os dilemas que se apresentam no cotidiano da vida urbana, recaem sobre a emergência de novos dilemas, pois o horizonte de intervenção, embora se apresente como necessário, só acarreta na intensificação da própria questão social e suas expressões na cidade. Um dos principais dilemas que o processo de militarização traz circunda no discurso dominante, fortalecendo construções equivocadas sobre a favela como o lugar do crime e da violência, como se fosse uma qualidade natural, e que justifica inclusive a diferença da atuação policial nos distintos espaços da cidade. Em outras palavras, se reduz toda complexidade do crime e da violência urbana “à sua dimensão mais visível” (Barreira, 2013). Com base em uma forte construção social, espetacularizada, a favela é tida como o território da violência e lócus do crime. E o domínio e controle desse território é posto como necessidade permanente, sendo toda uma problemática ocultada e até mesmo descartada da realidade social.

O Rio de Janeiro atual configura um dramático cenário onde a barbárie cotidiana classifica a vida urbana em um infundável ciclo de violência: a cidade em que a polícia que mais mata é ao mesmo tempo é a que mais morre; a

---

<sup>8</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2510200701.htm> (acesso 07/12/2017) O massacre é legitimado em falas como a do ex-governador Sérgio Cabral, para ele a favela é fábrica de bandido e portanto o aborto legalizado e disponível para as mulheres faveladas seriam uma estratégia de redução da violência.

cidade que tem números cada vez mais crescentes de juventudes interrompidas, e de dores que nunca serão sanadas; a cidade que perpetua o racismo, institucionalizado e estrutural; a cidade que ameaça o direito à vida cotidianamente. No entanto, a cidade-mercadoria cobra um preço muito para uma parcela bem específica da sociedade. Esse preço é cobrado à classe que só dispõe da sua força de trabalho para existir e resistir. Ter o direito de viver a cidade e os seus territórios, em plenitude, ameaçados constantemente, significa ter o direito à vida também ameaçado.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nas últimas três décadas os conflitos e dilemas urbanos adquirem contornos mais severos, para satisfação do projeto em curso de mercadorização da cidade. A década de 1990 foi um marco para pensarmos a política de militarização em curso, sendo importante considerar o modo como o mercado vem pressionando o Estado para executar intervenções cada vez mais ostensivas nas favelas e nos espaços populares, De 1992 pra cá, intervalo de 26 anos, as Forças Armadas foram acionadas a atuarem no Estado do Rio de Janeiro, um total de 37 vezes, considerando a segurança de grandes eventos, a contenção de greves, ou a instauração de terror nas favelas, à exemplo da incursão do exército por 583 dias no Complexo de Favelas do Alemão ou a ocupação de quinze meses do Complexo de Favelas da Maré, sobre essa última, ressaltasse ainda o custo de aproximadamente 600 milhões de reais, dinheiro que a prefeitura do Rio de Janeiro não gastou em uma década com programas sociais. No caminho de mais duas décadas de experiência de gestão da barbárie, desaguamos na primeira experiência no país, de uma intervenção federal militarizada no Estado do Rio de Janeiro, onde o belicismo segue pesando sobre as casas da população pobre, sustentado por um discurso “da não violência na cidade” e da “guerra as drogas” que paira na superficialidade, engrossando o coro de que para se instaurar a ordem, é preciso sacrifício.

Para pensar:

- a) O processo de pacificação, assim como a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora e a posterior UPP Social, como ações que estabeleceram não somente medidas de segurança pública, mas ações necessárias para o projeto de cidade cujo estado de emergência é permanente, e onde as medidas aparentemente excepcionais, são o estado de exceção<sup>9</sup> como a própria regra.
- b) O atual governo Temer, em acordo com a gestão do atual prefeito Crivella, efetivaram o Plano Nacional de Segurança Pública, tendo como laboratório a cidade do Rio de Janeiro, para ocupação das forças militares do exército nas favelas. O atual ministro da defesa Raul Jungmann, anunciou que a militarização auxiliará os objetivos do Plano Nacional, com incentivo de dois bilhões para operação militar, e não coincidentemente seguido pela aprovação da Garantia da Lei e Ordem (GLO), aprovando que as violações contra os moradores cometidas pelos agentes militares serão julgadas pela própria Justiça Militar. Os acordos realizados entre os atuais governos propõe transformar a cidade do Rio de Janeiro numa cidade-sede do modelo de militarização. Em 2017, o Rio foi sede do “LADD Defense & Security” uma das mais importantes feiras de produtos de segurança, tecnologias e armamentos, e toda espécie de equipamentos bélicos e consultoria para forças armadas e policiais. Em um contexto de maior comercialização de armamentos, desde o período da guerra fria. Formalizando parcerias com agencias americanas que estão entre os cinco maiores produtores de armas no mundo. De acordo o instituto PACS (Políticas Alternativas para o Cone Sul), à convite do ex-secretario José Beltrame, hoje o Rio é sede da “Drup Enforcement Administration” (DEAN) a maior agência estadunidense de combate ao narcotráfico, que executa ações militarizadas por toda a América Latina.
- c) A militarização é uma realidade, assim como a criminalização da pobreza e de seus territórios, e sua permanência tornou-se uma

---

<sup>9</sup> Ver “estado de exceção” em AGAMBEN (2004)



forma de gestão da tragédia cotidiana, por isso o fim da cidade militarizada é uma urgência, mas que só será possível pelo reconhecimento do direito à cidade enquanto um direito humano. Como afirmou Harvey (2013)<sup>10</sup> reconhecer a luta pelo direito à cidade é reconhecer um direito coletivo; é a necessária luta por refazer as relações sociais; refazer a nós mesmos e nossas cidades.

## 5. REFERÊNCIAS

6.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BARREIRA, Marcos. Cidade Olímpica: sobre o nexos entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (Orgs.). **Até o último homem**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRITO, Felipe. Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (Orgs.). **Até o último homem**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BOTELHO, Maurílio L. Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e empreendedorismo dos pobres. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (Orgs.). **Até o último homem**. São Paulo: Boitempo, 2013.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio**: mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: oficina do autor; Intertexto, 2001.

DIAS, Edmundo. A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização. 2. ed. **Textos didáticos**, Campinas: IFCH: UNICAMP, n. 29, 1999.

EGLER, Tamara Tania Cohen. Pacificação e expropriação no jogo olímpico. In: OLIVEIRA, Floriano José Godinho [et al]. (Orgs.). **Políticas Públicas**: interações e urbanidades. Rio de Janeiro: Letra capital, 2013.

FARAGE, J. Eblin. Experiências profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lucia. (Orgs.) **Movimento Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, V. Marilda. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, ano 2, n. 3, jan./jul. 2001.

---

<sup>10</sup> <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-direito-a-cidade-nas-manifestacoes-urbanas-entrevista-com-David-Harvey/4/28299> acesso em 07/12/2012 às 17h55 h

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.  
MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. 1.ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENEGAT, Marildo. A crítica do valor bate à sua porta. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (Orgs.). **Até o último homem**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SILVA, Luiz Antonio M. da. **Fazendo a cidade**: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. 1.ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

SOUZA, Marcelo, L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

VALENTE, Julia L. UPPS: observação sobre a gestão militarizada dos territórios desiguais. **Revista Direito e Práxis**, v. 5, n. 9, p. 2017-225, 2014.